

# DIAGNÓSTICO, POSSIBILIDADES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO: UM ESTUDO DOS POSSÍVEIS EDUCANDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA, CAMPUS IFSC/CRICIÚMA (SC)

Olaine Aparecida Zilio Morona<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, fruto da especialização em educação profissional integrada à educação básica na modalidade EJA do Instituto Federal de Santa Catarina –IFSC. Teve como objetivo caracterizar o perfil e interesse de estudantes na implementação de cursos PROEJA no Campus IFSC/Criciúma (SC), bem como suas possibilidades de acesso, permanência e êxito, visando à delimitação de dados relevantes para a Assistência Estudantil. Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória com análise qualitativa. Participaram da pesquisa 36 mulheres dos Programas Mulheres Mil e SIM, entrevistadas no mês de abril de 2014. Os dados e a discussão dos resultados demonstram a existência de público para a implantação de cursos PROEJA no Campus IFSC/Criciúma (SC), sendo os mais solicitados: operador de computador, técnico em vestuário e cabeleireiro. Também ficou evidenciada a importância da assistência estudantil para permanência e êxito das estudantes nos cursos.

**Palavras-chave:** EJA/PROEJA, Mulheres Mil, Permanência e êxito e Assistência Estudantil.

## INTRODUÇÃO

Ao buscar o acesso à educação, muitas vezes os sujeitos se defrontam com vários empecilhos. Isso se destaca ao percorrer da história da educação, em que a escola nem sempre foi espaço privilegiado para os mais vulneráveis.

A reflexão sobre as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos permite realizar a reconstrução da memória de todos os planejamentos e ações já desenvolvidas em torno dessa realidade em território nacional, e perceber que estes planejamentos e ações seguem de forma desenhar as intencionalidades políticas, ideológicas e econômicas, as quais foram se desenvolvendo no passar das décadas. Logo, o pensar e o

---

<sup>1</sup>Assistente Social do Instituto Federal de Santa Catarina. Acadêmica do Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA (PROEJA). E-mail: [olaine.morona@ifsc.edu.br](mailto:olaine.morona@ifsc.edu.br).

Orientadora Prof<sup>ª</sup> Ma. Miriam de C. do C. M. Mattos – [miriammattos@gmail.com](mailto:miriammattos@gmail.com)

fazer no contexto da Educação de Jovens e Adultos foram se definindo por meio de referências teórico-filosóficas, conceituais e metodológicas as quais fundamentaram as mais diversas práticas político-pedagógicas (AMARAL, 2010).

Neste sentido, uma nova proposta de integração curricular entre educação e trabalho é apresentada por meio do decreto 5.580, de 13 de junho de 2006, instituído por meio de diretrizes específicas o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no qual se define inicialmente que 10% das vagas oferecidas na Rede Federal de Educação Técnica são destinados ao PROEJA, com a obrigatoriedade de ampliação desse percentual (BRASIL, 2006).

O PROEJA, têm como intuito proporcionar a elevação da escolaridade e a qualificação profissional dos jovens e adultos trabalhadores no Brasil. Porém ainda é uma política recente, e os desafios da sua implantação são barreiras no acesso à educação de vários sujeitos de direito. Destacamos a realidade vivenciada, principalmente, nos Institutos Federais, pois consideram o processo histórico, econômico e social da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos no Brasil (RAMOS; BREZINSKI, 2014).

Importante ressaltar que o PROEJA não é exclusivo da Rede Federal de Educação Técnica, mas neste estudo priorizamos este espaço, tendo em vista que vivenciamos está realidade na atuação nos programas do PRONATEC (Mulheres Mil) e Projeto de Extensão do IFSC (Mulheres Sim).

Dessa maneira, os desafios na implementação do PROEJA estão postos, porém segundo o documento base:

A tradição da oferta de cursos de excelência da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vem compor com experiências inovadoras na oferta da EJA no Brasil, integrando a educação básica à formação profissional, tendo como produto final uma formação essencialmente integral (BRASIL, 2006).

A Educação de Jovens e Adultos é marcada pelas discontinuidades e por tênues políticas públicas, que historicamente foram insuficientes para sanar as demandas e as potencialidades no cumprimento dos direitos. Essa realidade, também permeia realidade das mulheres dos programas: Mulheres Mil e Sim. Apesar disso, a legislação prever políticas públicas de educação, sem qualquer distinção, porém ainda é comum nos depararmos com a pouca oferta de cursos voltados ao público mais vulnerável,

principalmente aos segmentos do gênero feminino (BRASIL, 2007), como sentimos durante a atuação do programa: Mulheres Mil e projeto de extensão: Mulheres Sim.

Importante ressaltar que em 2013, com finalidade de atender a esta demanda foi criado o Programa Mulheres Mil, o mesmo foi executado como projeto piloto em sistema de cooperação entre os governos brasileiro e canadense. Em 2009 foi expandindo-se e transformando-se em uma política pública a ser implantada em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do País (BRASIL, MEC, 2014a).

O Programa Mulheres Mil colaborou para que fossem atingidas as Metas do Milênio, anunciada pela ONU em 2000 e aprovada em 191 países. Entre as metas a serem alcançadas estavam inclusas à erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental. Juntamente a essas prioridades, o programa teve como objetivo promover até 2010 a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres em situação de vulnerabilidade social, principalmente das regiões Nordeste e Norte. A meta seria garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, frente às necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões (BRASIL, MEC, 2014a)

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo geral possibilitar a formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, criando as bases necessárias para que as mesmas desenvolvam o seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de vida, de suas famílias, das suas comunidades e do seu crescimento econômico sustentável para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, MEC, 2014a). Neste sentido, ainda há muito que avançarmos quando se trata de Educação de Jovens e Adultos. O Programa Mulheres Mil vem para atender a quem? Será que estamos caminhando para uma educação emancipatória, ou simplesmente, atendendo a lógica perversa da ideologia neoliberalista?

Segundo Moura (2007) é primordial uma identidade que contribua para uma formação integral dos estudantes. Neste sentido, o fundamental seria formação voltada para a superação da dualidade estrutural cultural geral versus formação acadêmica, isso na vertente voltada tanto para adolescentes como para o público da EJA.

Neste sentido, retomamos a questão de políticas educacionais voltadas para o gênero feminino. Após atingir um impacto social e econômico nas vidas das mulheres em situação vulnerável, em 2013 o referido programa, passou a ser ofertado pelo

Governo Federal por meio das ações do Programa Brasil Sem Miséria por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Retomamos a crítica sobre a ausência de elevação da escolarização para esse segmento. Essa oferta focalizada por meio de programas educacionais de curta duração reforça, a baixa escolarização?.

Nesta nova realidade, o programa passou a atender mulheres com nível de escolaridade específico, sendo requisito básico e necessário, o ensino fundamental completo (BRASIL, MEC, 2014b). "A ampliação de oferta [...] nas instituições públicas de educação pode contribuir para uma efetiva (re)construção de uma identidade própria [...] (MOURA, 2007, p.21)

Conforme a Cartilha PRONATEC, os cursos ofertados devem levar em conta a história de vida das estudantes, além de projetar suas perspectivas, nas quais contemplem os mais diversos aspectos, inclusive incluindo profissionais e mais educacionais. (BRASIL, MEC, 2014a).

E ainda conforme:

"[...] assume-se que a formação dos estudantes deve ser numa perspectiva de uma prática social mais ampliada, incluindo a formação para o trabalho e a vida em sociedade em tempo real, pois a vida não para enquanto o aluno está na escola. Ao contrário, esse é por excelência, um espaço de socialização [...]" (MOURA, 2007, p.25)

Além disso, o mesmo documento prevê as ações voltadas à permanência e êxito, no PRONATEC, Mulheres Mil, ou seja, o acompanhamento das alunas. O documento pontua as seguintes ações: dificuldades de conciliar os cursos com as questões familiares, dificuldades de inserção na cultura institucional dos ofertantes e dificuldades de acompanhar os conteúdos ministrados nos cursos. Neste sentido, ao acompanharmos as turmas em 2013, 2014 e 2015, muitas das estudantes relatavam as dificuldades de acompanhamento dos conteúdos, justamente por possuírem baixa escolaridade.

A partir desta mudança uma grande parcela da população feminina foi excluída deste programa. Para as mulheres que não tiveram acesso pelo nível de escolaridade mais reduzido, o IFSC ofertou em 2014 um Programa de Extensão de Formação Inicial e Continuada (FIC), com recorte de gênero e com carga horária de 80 horas, denominado Mulheres SIM (IFSC, 2014a).

O Programa Mulheres Sim passou a abordar a transversalidade de gênero nas políticas sociais públicas, promovendo à inclusão educacional, a autonomia política,

econômica, social, cultural e pessoal das mulheres, a erradicação da extrema pobreza, o combate à violência, a consolidação da cidadania feminina e o desenvolvimento sustentável, articulado com as políticas públicas de educação, assistência social, saúde e segurança (IFSC, 2014a).

Perante essa realidade, destacamos a importância do acompanhamento da equipe multidisciplinar da Instituição ofertante, para: “providenciar iniciativas para solucionar o problema, reforçando a importância do programa para a trajetória profissional e de vida das participantes” (BRASIL, MEC, 2014a). Contudo, faz-se necessário o acompanhamento contínuo para além dos aspectos, meramente de desempenho e frequência é preciso ir além, formar cidadãos críticos para a vida, não somente pessoas para o mercado de trabalho. Neste sentido, Moura (2007) corrobora:

“ [...]é imperioso que a flexibilização aqui tratada não pode ser confundida como aligeiramento e precarização da formação humana, ao contrário, devemos assumir a responsabilidade com a formação de cidadãos críticos, reflexivos, éticos e comprometidos com as transformações sociais e coletivas voltadas para a construção de uma sociedade justa e igualitária”. (MOURA, 2007, p.25).

Neste sentido, a formação humana deve ser articuladas com as políticas públicas e transpor para além da assistência social, ou seja, importante que as políticas de educação e saúde estejam articuladas no processo de acompanhamento (BRASIL, MEC, 2014a).

Destaca-se o acompanhamento, principalmente, na política de educação, por meios dos seguintes programas: Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e programa Nacional de Integração de educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de jovens e Adultos (PROEJA) (BRASIL, MEC, 2014a).

A partir do exposto, é neste contexto da configuração das políticas educacionais que refletimos sobre a transição, dos cursos do Programa Mulheres Mil, para o PRONATEC, o qual exige escolaridade mínima para ingresso. Pela trajetória da experiência na atuação nos cursos: PRONATEC (Mulheres Mil) e Sim, durante as aulas, as estudantes sinalizavam a ausência da Educação de Jovens e Adultos, no período em que os cursos foram ofertados no IFSC/Campus Criciúma (SC). Para, além disso, sinalizamos que não há oferta de PROEJA no IFSC/ Criciúma (SC), apenas um curso de

pós-graduação para a formação de profissionais para trabalhar com esse público específico.

Diante do perfil e das dificuldades de alfabetização encontradas no percurso dos cursos Mulheres Mil e Sim seria possível a implementação de um PROEJA, no Campus Criciúma (SC)?

Frente a essa realidade, o presente estudo objetiva identificar as demandas e possibilidades de implementação de um curso PROEJA, no Campus IFSC/Criciúma (SC), caracterizando o perfil das estudantes interessadas e suas possibilidades de acesso, permanência e êxito, visando a delimitação de dados relevantes para a Assistência Estudantil.

### **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PRONATEC/MULHERES MIL**

O PRONATEC foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (IFSC, 2014b).

O Programa Mulheres Mil está incluso no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, principalmente voltado na promoção de equidade, igualdade entre os sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O programa também colaborou para que fosse atingidas as Metas do Milênio, anunciada pela ONU em 2000 e aprovada em 191 países. Entre as metas a serem alcançadas estavam inclusas à erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental; juntamente a essas prioridades, o Mulheres Mil teve como objetivo promover até 2010 a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres desfavorecidas nas regiões Nordeste e Norte. A meta seria garantir o acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, frente às necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões (IFSC, 2014b).

O programa é executado em sistema de cooperação entre os governos brasileiro e canadense, no Brasil, é implementado pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETS), Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET) e o Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONCEFET). O governo canadense é

representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a Associação do *Colleges* Comunitário do Canadá (ACCC) e *Colleges* parceiros (IFSC, 2014b).

O Programa Mulheres Mil foi implantado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em parceria cooperativa com o Sistema de Faculdades e Institutos Canadenses, representados pela Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), e os Institutos Federais, representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC-MEC). A implantação do programa piloto teve seu ponto de partida em 2007 com previsão de ser concluído até o ano de 2010, as equipes canadenses e brasileiras desenvolveram e implantaram o Sistema de Acesso e Permanência para os IF. O início foi desencadeado dos modelos de acesso dos *colleges* canadenses, que garantiam capacitação profissional para populações desfavorecidas, entre eles aborígenes e imigrantes (IFSC, 2014b).

As metodologias utilizadas no Canadá foram repassadas para os CEFETS e adaptadas às realidades das alunas brasileiras. Nas atividades estavam inclusas o desenvolvimento das infraestruturas, políticas e procedimentos para oferecer um sistema de acesso que viabilize os processos de busca, ingresso e aconselhamento, personalização e/ou elaboração de metodologias para avaliação e o reconhecimento de aprendizagem prévia e de identificação vocacionais e profissionais; sistematização e oferta de programas de formação/capacitação e a criação de instrumentos para os CEFETS se relacionarem com a comunidade de empregadores (IFSC, 2014b).

Até o final do ano de 2010 a meta era que mais de mil mulheres desfavorecidas estivessem inseridas no mundo do trabalho e que as 12 instituições federais tivessem sistemas sustentáveis para oferecer serviços de acesso, capacitação genérica e personalizada para essa parcela da população. Os modelos desenvolvidos serviram de apoio para que a política fosse implementada em todas as Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do País (IFSC, 2014b).

As faculdades canadenses puderam utilizar o que foi aprendido para aperfeiçoar os seus sistemas e práticas em atender o grupo alvo, assim, a relação entre as faculdades canadenses e as instituições brasileiras foram fortalecidas e obtiveram uma extensão sobre a relação entre os dois países (IFSC, 2014b).

O público alvo e o perfil das mulheres se reportam a mulheres mais vulneráveis nos campos sociais, educacionais e econômicos, residentes em comunidades pobres dos estados das regiões norte e nordeste do Brasil. A maioria possui a faixa etária entre 18 a

60 anos, tem baixo nível de alfabetização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada, condições de moradia precária, baixa autoestima e sem horizontes de vida, experiências educacionais de vida negativas, histórico de empregos com baixa remuneração e condições adversas, necessidade de acesso aos serviços públicos, fragilidade da estrutura de apoio familiar, desconhecimento dos programas e serviços disponibilizados pelos CEFETS (IFSC, 2014b).

O IFSC em 2013 concluiu o ano com a adesão de 11 Campus ao Mulheres Mil. O programa passou a ser oferecido no Instituto em 2011. Durante esses três anos, em média 2 mil vagas foram ofertadas em todo o estado. Em 2013 o programa se deparou com vários desafios e conseguiu avançar em alguns pontos, como fazer reuniões periódicas com os gestores locais do programa, promover capacitações para explicar a metodologia e parceiros, estruturar melhor a dinâmica com reserva de carga-horária para a atividade de repassar bolsa de extensão para os gestores com a finalidade de apoiar as atividades. A avaliação do ano de 2013, referente ao programa Mulheres Mil é bastante positiva, relatando que o IFSC compreendeu que o programa faz parte da instituição e essa institucionalização e reconhecimento por parte dos servidores foi de grande significância para fortalecer o Mulheres Mil.

Um outro fator que colaborou para os resultados positivos do programa foi a atuação dos gestores locais. Os gestores locais foram responsáveis pelo processo de implantação do programa, desde a identificação da comunidade, do levantamento de demandas, até a elaboração dos projetos de cursos, a formalização de parcerias, o acompanhamento de frequência e do desempenho e o monitoramento dos recursos (IFSC, 2014b).

O programa se destaca por trabalhar a autoestima das mulheres, fazendo com que se reconheçam como mulheres e valorizam-se, para que assim tenham motivação de conseguir os demais objetivos (IFSC, 2014b).

Entre os cursos oferecidos no ano de 2013 estavam o de panificação e confeitaria, auxiliar de cozinha, informática básica e de zeladora. A proposta do programa é fazer uma ponte entre o interesse da comunidade com a capacidade de oferta do campus, para isso é feito um mapeamento para saber o que cada campus pode oferecer de acordo com sua área de atuação e validam então as propostas, com a demanda da comunidade local. Analisando o perfil socioeconômico das alunas de 2013 obtém-se o resultado de 40,6% acima de 50 anos, 46,5% não têm o ensino fundamental completo. 73% precisaram interromper os estudos alguma vez, 39,7% têm renda familiar entre 1 e 2 salários



mínimo (IFSC, 2014b).

Em agosto de 2013 no *Niagara College* Canadá, a coordenadora institucional do programa Mulheres Mil no IFSC, passou a integrar um grupo de pesquisa que teve por finalidade analisar o impacto do programa na vida das participantes e na sociedade. Também foram definidas a metodologia e as ferramentas que seriam utilizadas para medir este impacto (IFSC, 2014b).

Onze campus aderiram ao programa no IFSC. O número de alunas concluintes foram 863, tendo o número de 10 cursos oferecidos, contabilizando assim o curso de auxiliar de panificação e confeitaria, informática básica e mídias sociais, reciclador, gestão doméstica e saúde familiar, auxiliar de costureira, horticultor, processamento de alimentos, operador de computador, gestão e manutenção do lar (IFSC, 2014b).

Com a mudança, partes das mulheres que eram atendidas não puderam ser contempladas pelos critérios do PRONATEC, notadamente, em relação a sua escolaridades. Para que as mulheres com perfil diferenciado pudessem continuar contempladas, o IFSC criou um programa de extensão com recorte de gênero, denominado Mulheres SIM (IFSC, 2014a).

O programa permanece com o seu objetivo principal de fazer a diferença na vida das pessoas, mesmo com a mudança em termos de estrutura interna, pois se entende que a mulher é a matriz da família, e com ela motivada reflete na casa, conseguindo abranger os filhos, maridos, e vizinhança para estudar e redescobrir novas possibilidades (IFSC, 2014a).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritivo com análise qualitativa. Exploratório, pois pretende pesquisar um fato sobre o qual ainda se tem pouca informação. Descritivo por caracterizar o perfil das estudantes interessadas na implementação do PROEJA no IFSC Campus /Criciúma (SC), bem como suas possibilidades de acesso, permanência e êxito, visando a delimitação de dados relevantes para a Assistência Estudantil.

Pesquisa qualitativa é definida como práticas interpretativas, que os indivíduos designam aos fenômenos e ao conjunto de relações em que eles se inserem (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012).

Em concordância com Marconi e Lakatos (1982): “a população ou universo de pesquisa são conjuntos de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum e a amostra é um subconjunto do universo”.

A coleta de dados foi realizada em três momentos distintos. O primeiro momento consistiu em uma pesquisa e análise documental entre os dias 6 e 10 de abril/2014, junto ao setor de Assistência Estudantil do IFSC/Campus Criciúma (SC). Esta coleta tinha como objetivo analisar os dados já existentes sobre permanência e êxito das alunas do Programa Mulheres Mil, no ano de 2013/2, com 97 alunas.

O segundo momento consistiu no levantamento dos cursos PROEJA oferecido pelo IFSC (SC) em todo o Estado de Santa Catarina. Este levantamento foi realizado no mês de abril/2014, com a finalidade de elencar possíveis cursos para a implantação no Campus Criciúma de acordo com as aptidões e interesse das participantes da pesquisa.

No terceiro momento foram elaborados questionários semi estruturados, composto por 22 questões, sendo seis questões abertas e 16 questões fechadas. Estes foram aplicados entre os dias 13 e 17 de abril com 36mulheres, sendo 30 do Programa Mulheres Mil, e seis mulheres do Programa Mulheres SIM, que participaram dos cursos oferecidos pelo IFSC/Campus Criciúma (SC) nos anos de 2014 e 2015, respectivamente.

Esta etapa teve como objetivo de caracterizar o perfil das participantes, bem como levantar aspectos relacionados ao acesso, permanência e êxito numa possível implantação de cursos PROEJA no Campus IFSC/Criciúma (SC).

Os dados coletados através das entrevistas foram tabulados em uma planilha com auxílio do *software Microsoft Office Excel*, transcritos na íntegra e analisados em forma de texto. Os dados coletados pela pesquisa documental foram tabulados manualmente, transcritos na íntegra e analisado em forma de texto<sup>2</sup>.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### Pesquisa Documental

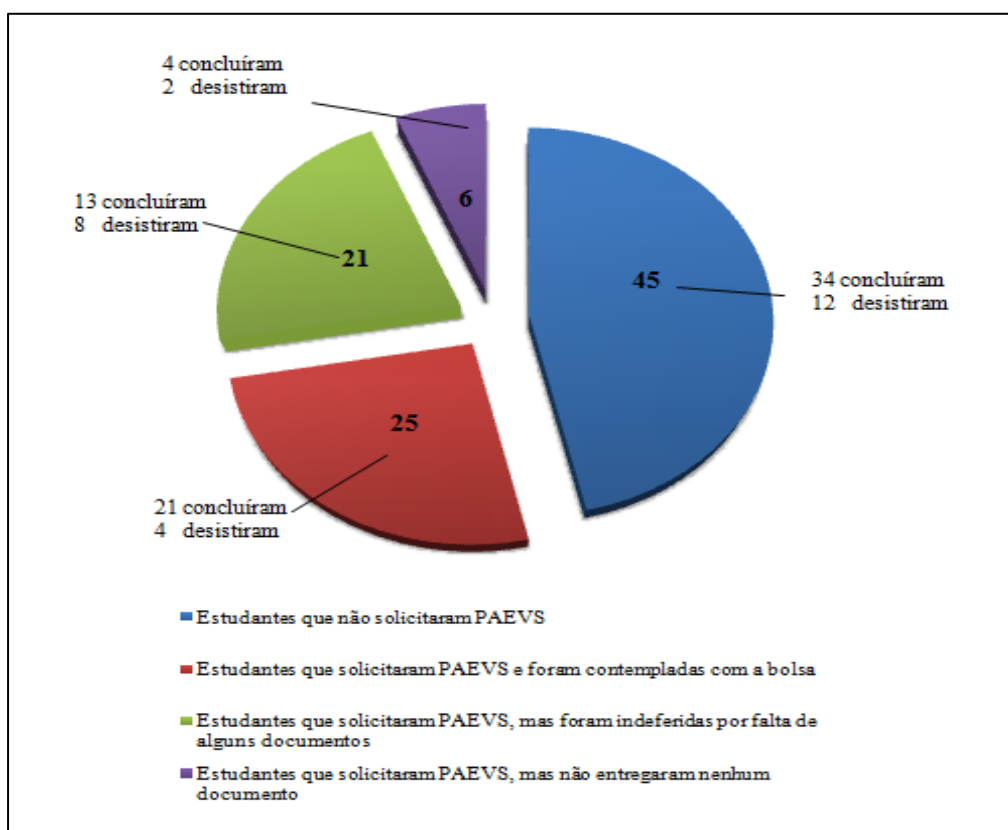
---

<sup>2</sup> Observa-se que para contemplar os critérios éticos de pesquisa, as entrevistadas autorizaram sua participação de forma voluntária após o esclarecimento dos objetivos e da metodologia a ser adotada, sendo assegurado o direito de retirarem o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem nenhuma penalização ou prejuízo, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este foi assinado em duas vias, ficando uma em poder da pesquisadora e outra da participante da pesquisa com o propósito de resguardar a propriedade intelectual dos dados e a divulgação pública dos resultados pela pesquisadora.

De acordo com a análise da pesquisa documental, em 2013, no Programa Mulheres Mil oferecido pelo IFSC, 97 mulheres foram matriculadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e compulsoriamente ganhavam uma bolsa no valor R\$100,00 para permanência no curso. Tratava-se de um curso de Formação Inicial ou Continuada (FIC), de curta duração (160 horas), distribuídos em um semestre.

Além da bolsa compulsória, visando o desenvolvimento exitoso integral das educandas, todas as estudantes tinham a oportunidade de receber uma segunda bolsa, a partir do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) através de uma análise socioeconômica. A Assistência Social consiste em uma estratégia com a finalidade de minimizar as situações de desigualdades sociais, visto a Assistência como direito exigível, voltada para o atendimento das necessidades das educandas e para o enfrentamento das diversidades (BRASIL, MEC, 2014a).

Gráfico 01: Relação de estudantes do Programa Mulheres Mil



Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pela autora/2015.

Das 97 estudantes matriculadas, apenas 52 alunas solicitaram a bolsa do PAEVS. Dessas 52 alunas que solicitaram a bolsa do PAEVS, 25 estudantes solicitaram

de forma adequada, conforme o edital, a bolsa do PAEVS, e foram conseqüentemente contempladas com um valor de acordo com a análise específica do programa. Das 25 contempladas, quatro estudantes desistiram ao longo do semestre, e 21 estudantes concluíram o curso.

Outras 21 estudantes das 52 que solicitaram, foram indeferidas da bolsa do PAEVS, por falta de alguma documentação comprobatória. Dessas 21 estudantes que foram indeferidas, 13 concluíram, e oito desistiram do curso.

Por último, seis estudantes solicitaram a bolsa, mas não entregaram nenhum documento. Dessas seis estudantes, duas desistiram e quatro concluíram o curso.

Observa-se que 71 estudantes concluíram os cursos, e 26 não concluíram os cursos analisados. Desse modo, a partir dos documentos analisados, verifica-se que 26,80% não concluíram os estudos. Estima-se que um possível indicador de desistência dessas cursistas foi a ausência da Assistência Estudantil em forma de bolsa, para transporte e alimentação. De acordo com o Guia Metodológico do Ministério da Educação para o Programa Mulheres Mil, é imprescindível que as educandas recebam auxílio estudantil para que haja a permanência no Programa Mulheres Mil, visto que a maior parte dessas mulheres não possuem renda adequada para sua manutenção e por vezes, manutenção de sua família (BRASIL, MEC, 2014b).

### Entrevistas

Outros resultados foram elencados a partir das entrevistas realizadas. Foram entrevistadas 36 mulheres, do Programa Mulheres Mil e SIM, oferecidos pelo Campus IFSC/Criciúma (SC) nos anos de 2013 e 2015. O questionário estruturado teve a finalidade de caracterizar o perfil dos sujeitos, assim como levantar alguns aspectos referentes ao acesso, permanência e êxito das estudantes visando à delimitação de dados relevantes para a Assistência Estudantil.

O público alvo deste Programa, consiste em:

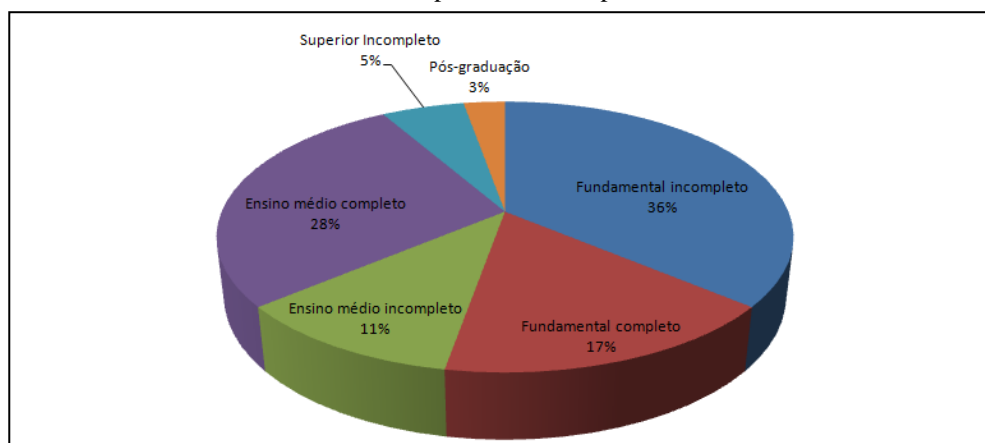
Mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada (BRASIL, MEC, 2014).

Considera-se também que no caso de escolaridade inadequada ao perfil do curso, a estudante deverá ser encaminhada através da Assistência Estudantil para ações de complementação de escolaridade para que possa usufruir da formação e qualificação profissional oferecido pelo Programa Mulheres Mil (BRASIL, MEC, 2014).

No presente estudo, ao que se refere à faixa etária, cinco das 97 mulheres participantes do estudo, encontram-se na faixa de 18 a 33 anos de idade, 11 encontram-se na faixa de 33 a 48 anos de idade e outras 20 encontram-se na faixa de 48 e 63 anos de idade. Percebe-se que o maior contingente encontra-se na faixa dos 33 aos 63 anos de idade. Quanto ao estado civil das participantes, três são solteiras, 24 mulheres são casadas, seis mulheres são divorciadas/separadas e três são viúvas.

No que se refere a naturalidade, apenas 12 mulheres são do município de Criciúma/SC. Outras dez mulheres são naturais de municípios vizinhos de Criciúma/SC, e outras 12 de municípios mais distantes do mesmo estado, de outros estados e inclusive de outro país. Todavia, embora haja uma significativa taxa de migração, o maior contingente é natural do Estado de Santa Catarina.

Gráfico 02: Nível de Escolaridade das mulheres dos Programas Mulheres Mil e SIM dos anos de 2013 e 2015 oferecidos pelo IFSC/Campus Criciúma/SC.



Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pela autora/2015.

A ocupação dessas mulheres de acordo com o nível de escolaridade está apresentado na tabela 01.

Tabela 01: Nível de Escolaridade e Ocupação das mulheres do Programa Mulheres Mil e SIM dos anos de 2013 e 2015 oferecidos pelo IFSC/Campus Criciúma/SC.

Escolaridade/Ocupação	Ocorrência de Ocupação
Fundamental incompleto	13
Afastada	1

Artesã	1
Artesã e Do Lar	1
Costureira	2
Do Lar	6
Do Lar / Aposentada	1
Empregada Doméstica	1
<b>Fundamental completo</b>	<b>6</b>
Aposentada	1
Artesã	1
Artesã e Diarista	1
Costureira	1
Estudante	1
Pensionista / Serviços Gerais	1
<b>Ensino médio incompleto</b>	<b>4</b>
Serviços Gerais	1
Costureira	1
Do Lar / Estudante	1
Vendedora Autônoma	1
<b>Ensino médio completo</b>	<b>10</b>
Artesã	1
Cabeleireira	1
Diarista	1
Do Lar	5
Do Lar / Costureira	1
Secretária e Aposentada	1
<b>Superior Incompleto</b>	<b>2</b>
A. C. Saúde	1
Babá	1
<b>Pós-graduação</b>	<b>1</b>
Funcionária Pública	1
<b>Total geral</b>	<b>36</b>

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pela autora/2015.

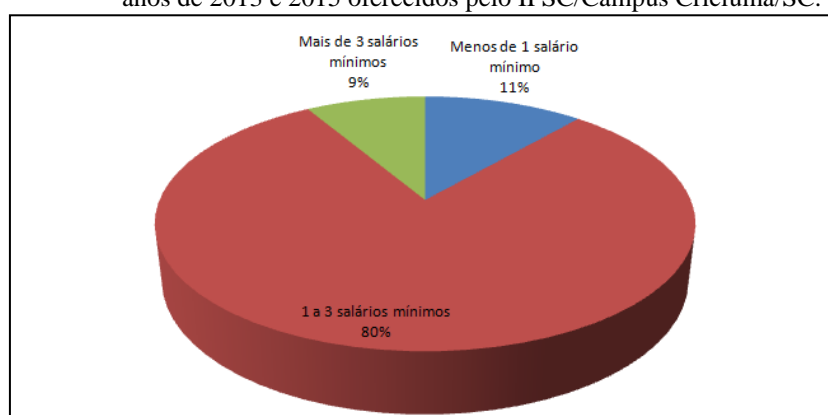
De acordo com a tabela 01, parece não haver uma relação direta entre o nível de escolaridade e a ocupação dessas mulheres, tendo em vista que se observou uma variedade de ocupações em cada nível de escolaridade, e mesmo em níveis de escolaridade distintos, algumas ocupações se repetiram.

O número de filhos dessas mulheres varia de zero a nove. Seis não possuem filhos, sete possuem um filho, 15 possuem dois filhos, três possuem três filhos, três possuem quatro filhos, uma possui cinco filhos e uma possui nove filhos.

O número de moradores na mesma residência varia de um a seis. Três mulheres residem sozinhas, 14 mulheres residem com mais uma pessoa (marido ou filho), sete mulheres residem com mais duas pessoas, nove residem com mais três pessoas, uma reside com mais quatro pessoas e duas residem com mais cinco pessoas.

Desse modo, o número de contribuintes com a renda familiar varia de um a três, sendo o maior contingente de apenas um contribuinte com a renda familiar. Desses contribuintes, a maior ocorrência dos maiores contribuintes com a renda familiar foram os maridos com 23 ocorrências, precedido por elas mesmas em nove ocorrências.

Gráfico 03: Renda média bruta familiar das mulheres dos Programas Mulheres Mil e SIM dos anos de 2013 e 2015 oferecidos pelo IFSC/Campus Criciúma/SC.



Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pela autora/2015.

Tabela 02: Média de moradores na mesma residência de acordo com a renda bruta familiar.

Média de moradores na mesma residência	Média da renda bruta familiar
2,8	Menos de 1 salário mínimo
3,03	1 a 3 salários mínimos
2	Mais de 3 salários mínimos

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pela autora/2015.

De acordo com o gráfico 03 e tabela 02, pode-se entender que a maior parte das mulheres irá depender da bolsa do Auxílio Estudantil para a permanência, uma vez que possuem um baixo nível de renda.

Em relação à situação da residência, 25 mulheres possuem residência própria, quatro possuem residência financiada, quatro alugadas e três mulheres residem em locais cedidos por outras pessoas.

No que se refere ao PROEJA, todas as mulheres participantes da pesquisa já conheciam e possuem uma opinião positiva sobre o programa. O PROEJA, segundo os relatos, possibilita a oportunidade para os jovens e adultos, que por variados motivos não tiveram essa oportunidade em tempo regular, a regularizarem seus estudos e

simultaneamente ao ensino regular, a profissionalização em algum ramo de sua escolha (isto não é verdade pois o IFSC não oferece cursos “de acordo com a escolha da pessoa”. Muitos Campus nem oferece e quando oferecem trata-se de 1 a 2 cursos), com a finalidade de preparar e atualizar esses sujeitos para o mercado de trabalho. Além disso, também apareceu como resposta a oportunidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos e a oportunidade de uma nova perspectiva de vida, conforme ilustra fala a seguir: *“Porque é uma oportunidade de continuar os estudos e viver melhor”* (ID3).

Este achado corrobora com o Ministério da Educação (BRASIL, MEC, 2014) ao afirmar que:

Ao promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres em situação de maior vulnerabilidade, o Programa Mulheres Mil cria pontes necessárias para lapidar seu potencial produtivo na perspectiva de melhorar as condições de suas vidas, famílias e comunidades.

Das 36 participantes da pesquisa, apenas quatro relataram que não gostariam de voltar ou continuar seus estudos. Todas as participantes já fizeram um curso oferecido pelo PRONATEC, e relatam que possuíam dificuldades para concluí-lo. Dentre as dificuldades apresentadas, destacaram-se a dificuldade na permanência devido à ausência de auxílio estudantil e a dificuldade em compreender as aulas teóricas devido a complexidade dos assuntos. Compreensível, uma vez que a maior parte dessas mulheres possui o ensino fundamental incompleto.

Com a finalidade de minimizar problemas ou dificuldades para a permanência e êxito dessas mulheres no Programa, é necessário que haja Assistência Estudantil articulada com uma equipe multiprofissional, assim como com as redes de Serviços Sociais federais, estaduais e municipais, para o atendimento como um todo (BRASIL, MEC, 2014b).

Ao serem questionadas sobre a possibilidade de frequentarem o PROEJA caso ele fosse oferecido no IFSC/Campus Criciúma/SC, apenas nove mulheres citaram que não poderiam frequentar devido à carência financeira para arcar com as despesas de transporte, uma vez que todas as mulheres dependem do transporte público para a locomoção.

Deste modo com exceção de quatro entrevistadas, todas as outras dependeriam da bolsa do auxílio estudantil, seja para o transporte, para alimentação ou ainda para a compra de material, segundo relatos. *“Isso iria me ajudar no transporte, no material de*



*estudo e na alimentação enquanto eu estivesse lá. O que eu ganho é pouco para mim e para os meus filhos” (ID34).*

É necessário que o Programa ofereça formas diversificadas de Assistência Estudantil que incluam o transporte escolar e/ou vale transporte, vale alimentação ou um refeitório disponibilizado pela instituição. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, MEC, 2014b):

O transporte é oferecido por meio de vale transporte ou transporte escolar, enquanto o refeitório da instituição é aberto às alunas do programa de acordo com a sua necessidade, adaptando-se o tipo de refeição ao horário das aulas do Programa. É vital que as alunas recebam pelo menos uma refeição, o que complementará sua dieta alimentar, aumentará a segurança alimentar e promoverá a melhoria da saúde das alunas, preparando-as para melhor aproveitar a oportunidade de aprendizagem.

O questionário, a partir do levantamento realizado de cursos PROEJA oferecidos pelo IFSC em todas as suas unidades, possibilitou que as depoentes elencassem até três cursos, de acordo com suas preferências e aptidões para a possível implantação do PROEJA no Campus Criciúma (SC). As ocorrências ocorreram conforme a tabela 03.

Tabela 03: Cursos por preferências/aptidões elencadas pelas cursistas do Programa Mulheres Mil e SIM, IFSC/Criciúma de 2013 e 2015.

<b>Cursos por preferências/aptidões para possível implantação do PROEJA</b>	
Operador de computador	12
Técnico em vestuário	10
Cabeleireiro	10
Auxiliar de costura	10
Auxiliar de panificação e confeitaria	8
Maquiador	6
Cuidador de idoso	5
Auxiliar de recursos humanos	5
Informática básica e mídias sociais	5
Técnicas de atendimento e vendas	4
Reciclador	3
Reciclador	3
Zeladoria	3
Auxiliar de farmácia	3
Processamento de alimentos	2
Horticultura	2
Processamento de alimentos	2
Técnico em administração	1

Gestão doméstica e saúde da família	1
Técnicas de agricultura familiar	1

Fonte: Dados da pesquisa/Elaborado pela autora/2015.

Todas as mulheres participantes do presente estudo sinalizam que o prazo ideal para os cursos é de aproximadamente dois anos, sendo de longa duração. Os cursos oferecidos de seis meses são caracterizados por elas, de curta duração e que não abarcam a carga horária necessária para uma formação de qualidade. *“Eu encontrei dificuldades para compreender o outro curso. A carga horária não foi suficiente para eu aprender”* (ID4).

Diante do exposto, identificamos que na sua grande maioria os cursos do PROEJA no IFSC vem sendo ofertado na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), como demonstrado na tabela 03, a mesma elaborada a partir de dados dos cursos ofertados pelo IFSC. Essa oferta não atende a elevação da escolaridade pelo curto período de duração, como ficou clara nas falas das entrevistadas.

Há ofertas de Proeja na modalidade técnico, com duração de dois anos, como, por exemplo, os cursos que são ou já foram oferecidos pelo Campus Florianópolis (SC): Técnico em enfermagem, Técnico em Edificações, Eletrotécnica, Informática, e Gastronomia. Um curso Proeja ofertado na modalidade técnica seria primordial para elevar a escolarização desse segmento no Campus Criciúma (SC) como se evidencia nas falas das entrevistadas.

Os cursos que aparecem na tabela 03 são de duração de mínima de seis meses, e na fala das entrevistas fica evidente que não seria possível elevar o nível de escolarização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível evidenciar a partir da análise e discussão dos resultados que as mulheres, em quase sua totalidade possuem interesse na implantação do PROEJA no IFSC/Campus Criciúma (SC), caracterizando uma demanda significativa.

No que se refere à escolaridade, percebe-se que há um público reprimido pelo Programa Mulheres Mil via PRONATEC, devido à baixa escolaridade. Contudo, observou-se que é recomendado pelo Ministério da Educação, no caso de escolaridade inadequada ao perfil do Programa/Curso, que a estudante seja encaminhada com o

auxílio da Assistência Estudantil às ações de complementação de escolaridade para que possa usufruir das oportunidades oferecidas pelo Programa.

Ainda assim, há, oferecido pelo Governo Federal através do Ministério da Educação em parceria com as instituições de ensino interessadas, a oferta de cursos por Projetos de Extensão que visam oferecer o acesso à educação e escolaridade para públicos excluídos pela especificação dos perfis nos editais do Programa Mulheres Mil, como é o caso do Mulheres SIM.

Entretanto, ainda que haja recursos e ações que visam à complementação de escolaridade para que essas mulheres possam ser inseridas nos Programas Educacionais, é necessário que os critérios inclusivos abranjam esse público em específico, uma vez que essas mulheres representam o maior quantitativo interessado em dar continuidade nos estudos e além de tudo, adquirir qualificação para o mercado de trabalho.

Por fim, percebe-se também que há uma dificuldade significativa de permanência, caracterizado pela vulnerabilidade socioeconômica destas estudantes e devido ao perfil dessas mulheres, é necessário que haja a Assistência Estudantil com a finalidade de permanência e principalmente êxito.

## REFERÊNCIA

AMARAL, W. G. do. Políticas de Educação de Jovens e Adultos: conceitos e contextos. **Serviço Social em Revista – UEL**. Vol. 3. n.1, Julho/Dezembro, 2010.

BRASIL. Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006. **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação Jovens e Adultos – PROEJA**. Revoga o Decreto 5.478/2005. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Documento Base: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Ministério da Educação: Brasília, 2007.

BRASIL, MEC. **Programa Mulheres Mil**. Publicado em 2006. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito para o Programa Mulheres Mil**. Plano Brasil Sem Miséria. Brasília/DF. 2014a.

\_\_\_\_\_. **PRONATEC, Brasil Sem Miséria, Mulheres Mil**. Brasília/DF. 2014b.

IFSC. **Projeto Pedagógico de Curso – FIC/Curso de Extensão Educação e Gênero**. Publicado em 2014a. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao>> Acesso em: 05/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Programa Mulheres Mil**. Publicado em 2014b. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/extensao/mulheresmil>>. Acesso em: 19/04/2015.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. Rev. Amp. São Paulo: Atlas, 2001.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e Educação Profissional: Dualidade histórica e perspectivas de integração. Helos, ano 23, volume 2, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>

RAMOS, E. E. de L; BREZINSKI, M. A. S. **Educação de Jovens e Adultos – PROEJA/Legislação**. Educacional. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.